

O CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISES SOBRE O DOCUMENTO OFICIAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Renato de Sá Dias¹

UNINOVE – BRASIL

renatosadias@hotmail.com

RESUMO

O texto apresenta dados iniciais de uma pesquisa[2] em andamento, que pretende investigar a estruturação da disciplina de Educação Física no ensino médio, partindo de uma leitura prévia do currículo elaborado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Busca-se um entendimento dos termos “Cultura de Movimento” e “Se - Movimentar”, além de relacioná-los com aspectos sociais e econômicos fortemente presentes na contemporaneidade. A pesquisa será realizada com aproximadamente cinco (05) professores de Educação Física que lecionam em uma escola pública estadual, localizada no Município de São Paulo, por meio de entrevistas, leitura dos seus planejamentos anuais e seus planos de aulas. O objetivo é analisar os temas presentes no currículo da disciplina, a contribuição com as diferentes aprendizagens que anunciam a criticidade dos educandos sobre os assuntos abordados, o conhecimento historicamente produzido pela humanidade e as possibilidades de reestruturação dos temas e conteúdos abordados. Para esta pesquisa, busca-se uma leitura aprofundada dos documentos oficiais da rede estadual de ensino, como o intitulado de Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias, com ênfase na abordagem de Educação

¹ Professor de Educação Física das Redes Estadual e Municipal de ensino de São Paulo. Pós-graduado em Sócio-Psicologia e Educação Física Escolar e Mestrando em Educação pela Universidade Nove de Julho. Contato: renatosadias@hotmail.com

Física, leitura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de outros referenciais, como o autor Gaudêncio Frigotto, por exemplo, para produção de uma análise histórica e dialética com os contextos sociais e culturais. É possível considerar que o Currículo do Estado de São Paulo está estruturado na Pedagogia das competências que será demonstrado no decorrer deste trabalho.

Palavras-chave: Escola; Currículo; Educação Física.

[2] Esse trabalho apresenta parte de uma pesquisa (Dissertação) em andamento no curso do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado) pela Universidade Nove de Julho.

1- Currículo do Estado de São Paulo

O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída no ano de 1996, afirma que: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. A Educação Física pertence a esta base nacional comum e de acordo com o parágrafo terceiro deste mesmo artigo, ela é caracterizada como componente curricular obrigatório, integrada a proposta pedagógica da escola.

O documento oficial “Currículo do Estado de São Paulo” foi lançado em 2010 e sua segunda edição no ano de 2011. É importante destacar que este “Currículo Oficial” foi previamente organizado como um documento denominado de “Proposta Curricular do Estado de São Paulo”, no final do ano de 2007 e início de 2008. O currículo em estudo faz parte de um programa mais amplo, denominado de “São Paulo Faz Escola” que culminou na reforma educacional no governo do Estado. Os princípios centrais do currículo da SEE-SP são: a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as

competências como eixo de aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho.

A área estudada neste trabalho é denominada como: “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” que compreende as disciplinas de Arte, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna - Inglês, Língua Estrangeira Moderna - Espanhol e Língua Portuguesa. O enfoque está na disciplina de Educação Física, que apresenta como autores responsáveis pela proposta curricular os seguintes professores: Adalberto dos Santos Souza, Carla de Meira Leite, Jocimar Daólio, Luciana Venâncio, Luiz Sanches Neto, Mauro Betti, Renata Elsa Stark e Sérgio Roberto Silveira.

Na apresentação do currículo oficial, a Secretaria da Educação declara que a intenção é a de “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e de competências para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede” (São Paulo, 2011, p. 9). O objetivo anunciado é o de que as escolas devem funcionar como uma rede. Aparentemente parece uma proposta lógica, mas é preciso levar em consideração as necessidades locais em que as escolas estão inseridas, a quantidade e a qualidade dos serviços sociais existentes no entorno escolar, a qualidade de vida dessas pessoas, as condições de trabalho, lazer, moradia, entre outros processos sociais.

Na apresentação da proposta procura-se esclarecer que os princípios que orientam o currículo estão direcionados “para uma escola capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo” (São Paulo, 2011, p. 9). A intenção anunciada no documento é de que a escola “ajuste” seus alunos para as situações sociais existentes. Neste sentido, um aluno pode ser mais “competente” que o outro e uma escola pode ser mais “competente” que outra. O conceito de competência é analisado por FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS (2005) da seguinte forma:

A resposta das reformas educativas da década de 1990 é a pedagogia das competências e estruturas de formação flexíveis, que preparam o indivíduo não mais para o emprego, mas para a empregabilidade. Não é por acaso que a noção de competência surge nos meios empresariais e é incorporada na educação sob o propósito de conectá-la aos desafios das instabilidades do mercado de trabalho. (FRIGOTTO, CIAVATTA & RAMOS 2005, p. 9).

A proposta parece indicar que uma escola é competente por formar sujeitos competentes, que estão preparados para todas as instabilidades existentes no mercado de trabalho, ou seja, atribui-se a escola a capacidade de promover soluções de todas as situações sociais existentes a fim de “formar” o sujeito preparado para todos os desafios e desequilíbrios econômicos. E se porventura, o sujeito ficar desempregado por um longo período, a culpa será toda dele, afinal ele não é competente e não aproveitou o momento escolar para desenvolver as competências necessárias para a vida social.

Para situar seu pensamento sobre o campo educacional, Frigotto trabalha com a premissa de que o entendimento da crise da educação somente é possível de ser compreendida num plano mais amplo da crise do capitalismo real, no contexto das relações internacionais e a partir dessas especificidades em nosso país. Para ele é preciso buscar a compreensão da situação político/econômica em contextos sociais mais complexos, que se constituem em arcabouços estruturais e, conseqüentemente, oferecem sustentações para outros campos sociais, como o campo educacional.

Na proposta da SEE/SP existe a preocupação com o aumento do tempo e permanência dos alunos no espaço escolar. Eles acreditam que os alunos possam desenvolver uma forma de *pensamento autônomo*, anunciado como necessário para a *cidadania responsável*. Quais são os significados destes termos para a Secretaria de Estado da Educação?

O documento esclarece que tal autonomia deve ser utilizada para gerir a própria aprendizagem e realizar *intervenções solidárias*. Em nossa compreensão isso significa a defesa das *pedagogias do aprender* e seu predomínio no currículo proposto. Os elaboradores do currículo defendem também no documento que ele contemple “algumas das principais características da sociedade do conhecimento”.

No debate sobre as propostas de reforma e de políticas educacionais McLaren (2000, apud: LOPES, 2012, p. 15) afirma que:

A política sobre as reformas curriculares como macro discurso, muitas vezes visa reforçar a legitimidade e autoridade da política educacional junto aos partidos políticos, colocando as ideologias partidárias no debate do currículo. Já como micro discurso, essa política pode ser compreendida como prática de significados que

contribui para formar as identidades sociais convenientes para determinadas esferas sociais, culturais, políticas.

Precisamos estar atento acerca dessa afirmação. As reformas curriculares parecem estar caminhando nessa direção. Elas podem estar garantindo em suas propostas tanto a presença de ideologias partidárias, como também a presença do que o autor denomina de discurso. Ao analisarmos o currículo oficial de São Paulo, especificamente os documentos oficiais da SEE-SP, essa questão se torna mais explícita.

Em um de seus eixos estruturantes, *o currículo como espaço de cultura*, o currículo é definido pelo documento como:

a expressão do que existe na cultura científica, artística e humanista transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Precisamos entender que as atividades extraclasses não são “extracurriculares” quando se deseja articular cultura e conhecimento. Neste sentido, **todas as atividades da escola são curriculares; caso contrário, não são justificáveis no contexto escolar**. Se não rompermos essa dissociação entre cultura e conhecimento não conectaremos o currículo à vida – e seguiremos alojando na escola uma miríade de atividades ‘culturais’ que mais dispersam e confundem do que promovem aprendizagens curriculares relevantes para os alunos. (SEE-SP, 2011, p. 13).

Sacristán afirma que “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado” (2000, p. 17). Na sequência de seu texto reitera que “o currículo é um elemento nuclear de referência para analisar o que a escola é de fato como instituição cultural e na hora de elaborar um projeto alternativo de instituição” (Ibidem, p. 18). Em nossa compreensão entendemos que um dos elementos que norteia a análise do currículo oficial paulista é a compreensão se o currículo oficial está configurado como um equilíbrio de interesses e forças, ou se de fato é um campo de disputas interessadas.

O Currículo de Educação Física

Os elaboradores do currículo de Educação Física da SEE-SP iniciam a abordagem da disciplina da seguinte forma:

Assistimos, desde as últimas décadas do século passado, à ascensão da cultura corporal e esportiva (que denominaremos, de maneira mais ampla, ‘cultura de movimento’) como um dos fenômenos mais importantes nos meios de comunicação de massa e na economia mundial. (SEE, 2011, p. 223)

Após fazerem menção à importância da presença no debate curricular da área da preocupação com a cultura de movimento, os autores afirmam a importância da perspectiva da cultura de movimento no contexto das mudanças da disciplina. Nesse sentido, afirmam que:

É no bojo dessa dinâmica cultural que a finalidade da Educação Física deve ser repensada, com a correspondente transformação em sua ação educativa. A transformação a que nos referimos não pretende negar a tradição da área construída pelos professores, mas ampliar e qualificar suas possibilidades de atuação. (SEE, 2011, p. 223).

Entendemos ser necessário especificar o que seria *qualificar suas possibilidades de atuação* e quais as intenções desta qualificação. O documento apresenta o termo *Se Movimentar* para esclarecer que o sujeito é autor do seu próprio movimento e que ele carrega sentimentos, sentidos e desejos. Processo é apresentado como:

(...) expressão individual ou grupal no âmbito de uma cultura de movimento; é a relação que o sujeito estabelece com essa cultura a partir de seu repertório (informações/conhecimentos, movimentos, condutas etc.), de sua história de vida, de suas vinculações socioculturais e de seus desejos. (SEE, 2011, p. 225).

Na sequência do texto, define o que se está entendendo por cultura de movimento:

Por cultura de movimento entende-se o conjunto de significados/sentidos, símbolos e códigos que se produzem e reproduzem dinamicamente nos jogos, nos esportes, nas danças e atividades rítmicas, nas lutas, nas ginásticas etc., os quais influenciam,

delimitam, dinamizam e/ou constroem o Se - Movimentar dos sujeitos, base de nosso diálogo com o mundo e com os outros. (SEE, 2011, p. 225).

Em artigo intitulado *Por uma intervenção 'histórico - crítica' para a Educação Física escolar – uma crítica à concepção fenomenológica do se - movimentar*, SILVA, KLEIN E SILVA (2013), afirmam que Elenor Kunz é o principal intelectual que aprofundou no Brasil os estudos sobre a concepção fenomenológica do *se - movimentar*, direcionada na abordagem *crítico – emancipatória* com o intuito de entender o movimento humano em uma relação dialógica do ser humano.

De acordo com o anunciado no currículo da SEE-SP, a Educação Física no ensino médio atuará em uma rede que interrelaciona a partir dos cinco eixos de conteúdos: jogo, esporte, ginástica, luta e atividade rítmica, que devem se relacionar com os seguintes eixos temáticos: corpo, saúde e beleza, contemporaneidade, mídias e por último, Lazer e trabalho, que interessa neste estudo.

A dissertação de Mestrado realizada por LOPES (2012) teve como objeto de estudo a proposta curricular de Educação Física da SEE do Estado de São Paulo no contexto do programa *São Paulo Faz Escola*. Para atingir seus objetivos o autor trabalhou com as fontes documentais elaboradas pela SEE-SP. Em suas conclusões afirma que as diretrizes gerais da proposta curricular podem ser identificados com a pedagogia das competências. A pesquisa teve como objetivo entender quais os significados presentes no currículo da disciplina de Educação Física da SEE-SP. O autor relata que o processo de reforma educacional paulista está inserido em um plano nacional, iniciado com a promulgação da LDB no ano de 1996 e na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais no ano de 1997.

No contexto da reforma paulista, em 2008, a SEE-SP distribuiu em todas as escolas da rede oficial um documento intitulado *Proposta Curricular do Estado*, que em 2010 passou a ser denominado de currículo oficial. Os primeiros documentos a serem chegados às escolas foram o *Jornal do Aluno* e a *Revista do Professor*, que foram acompanhados por tutoriais e vídeos informativos sobre os documentos e os procedimentos a serem seguidos (LOPES, 2012).

O lazer na proposta curricular de Educação Física da SEE.

O conceito de *Lazer* aparece pela primeira vez no documento oficial no contexto da discussão acerca do eixo *O currículo como espaço de cultura*. Afirma-se que:

No cotidiano escolar, a cultura é muitas vezes associada ao que é local, pitoresco, folclórico, bem como ao divertimento ou lazer, ao passo que o conhecimento é frequentemente associado a um saber inalcançável. (SEE, 2011, p. 13).

Nesse sentido o termo lazer aparece de forma que os elaboradores da proposta consideram incorreta, como banalização do conceito de cultura. Em outro trecho do documento o conceito de Lazer aparece de forma mais positiva:

Por sua vez, esse leitor está associado a domínios de circulação dos textos próprios de determinadas esferas discursivas, ou seja, de âmbitos da vida social – como o trabalho, a educação, a mídia e o lazer – em que o texto escrito adquire formas particulares de produção, organização e circulação (SEE, 2011, p. 18).

Os textos estão estruturados nos diferentes ambientes e contextos sociais para influenciar os sujeitos e atenderem a outras demandas. No documento específico da área de Educação Física, a palavra Lazer é apresentada em uma menção que lembra a “deterioração dos espaços públicos de lazer” (SEE, 2011 p. 223), referindo-se, dentre outras temáticas, aos estilos de vida sedentários gerados pelas condições sociais e econômicas.

Sobre o eixo temático Lazer e Trabalho, o documento estabelece sua relação com a educação física escolar da seguinte forma:

(...) os conteúdos da Educação Física devem ser incorporados pelos alunos como possibilidades de lazer em seu tempo escolar e posterior a ele, de modo autônomo e crítico. Além disso, a Educação Física deve propiciar a compreensão da importância do controle sobre o próprio esforço físico e o direito ao repouso e ao lazer no mundo do trabalho. (SEE, 2011, p. 228).

O lazer é um direito social do cidadão, definido a partir do Artigo 6º, do capítulo II, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988. O

artigo 7 deste mesmo documento torna evidentes os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a fim de promover à melhoria da condição social através de um salário mínimo fixado em lei. No inciso IV desse artigo, o lazer é definido como uma das necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família. O lazer ainda é citado no artigo 227, do capítulo VII da Constituição Federal. Nesse artigo ele é definido como um dever da família, da sociedade e do Estado, que devem assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito ao lazer, dentre outros direitos.

Será que o dever de assegurar o direito ao lazer não deveria partir primeiramente do Estado? Por que os legisladores atribuíram a responsabilidades à família e à sociedade?

MARCELINO (2007), afirma que dentre os muitos autores que estudam o assunto, não existe consensos sobre o conceito do lazer, e sua definição é apresentada a partir de duas linhas. Uma que enfatiza o aspecto de “atitude”, que considera o lazer como um “estilo de vida” e que não depende diretamente do tempo. Outra que enfatiza o “tempo” como “liberado do trabalho” ou como “tempo livre” liberado do trabalho e outras obrigações sociais.

Para ele o lazer deve ser entendido como:

(...) cultura - compreendida em seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. O importante, como traço definidor, é o caráter desinteressado dessa vivência. Não se busca, fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. (MARCELINO, 2007, p. 31).

No quadro de conteúdos e habilidades em Educação Física, o documento apresenta o eixo “Lazer e Trabalho”, que está estruturado nos 2º, 3º e 4º bimestres da 3ª série do ensino médio. Nele são apresentados os seguintes temas: “saúde e trabalho”, no 2º bimestre; “o lazer como direito do cidadão e dever do Estado”, no 3º bimestre; “Espaços, equipamentos e políticas públicas de lazer” e “o lazer na comunidade escolar e em seu entorno: espaços, tempos, interesses e estratégias de intervenção”, todos a serem trabalhados no 4º bimestre.

Para o 3º bimestre, no tópico “o lazer como direito do cidadão e dever do Estado”, o documento propõe as seguintes habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos:

- Construir argumentos sobre a importância do lazer;
- Identificar possibilidades de lazer nas atividades de cultura de movimento;
- Identificar diferenças e semelhanças de valores, interesses e recompensas nas situações de lazer e trabalho.
- Identificar e reconhecer as dificuldades/facilidades para o acesso ao lazer.

E para o 4º bimestre, nos temas “espaços, equipamentos e políticas públicas de lazer” e “lazer na comunidade escolar e em seu entorno: espaços, tempos, interesses e estratégias de intervenção”, espera-se que os alunos alcancem as seguintes habilidades:

- Identificar as necessidades de lazer na comunidade;
- Propor formas de organização do tempo disponível a partir dos interesses e conteúdos do lazer;
- Elaborar argumentos para problematizar a ausência de espaços de lazer na comunidade.

Assim, parece que o documento considera que os alunos desenvolvam tais *habilidades* ao completar o bimestre, como uma resposta automática ao conteúdo trabalhado pelo professor. No contexto de nossa pesquisa, ainda em fase inicial, temos levantado algumas questões: Quais os significados e perspectivas os alunos atribuem ao tema Lazer no contexto do cotidiano das aulas de educação física? Como eles compreendem o lazer como espaço de cultura?

Para responder a essas questões estamos iniciando uma pesquisa. Esperamos que com o aprofundamento da análise dos cadernos específicos do professor e do aluno, bem como por meio de entrevistas com professores de educação física, compreender como essa temática tem sido tratado nas unidades educacionais.

Considerações

A presente pesquisa, ainda em andamento, resultará em uma Dissertação de Mestrado. Ela pretende investigar e compreender a abordagem conferida ao tema Lazer,

a partir de sua especificação no eixo temático “Lazer e Trabalho”, do Currículo da disciplina de Educação Física do ensino médio da rede estadual de ensino de São Paulo.

Ressalto que para compreender essa temática, entendemos ser necessário prosseguir com os estudos e verificar como a abordagem do lazer não somente está configurada no currículo do Estado de São Paulo, nos cadernos do professor e do aluno, mas também como ele se apresenta nos planos anuais de ensino elaborados pelos professores e no cotidiano das aulas. Esperamos ao final, termos elementos para mostrar as possíveis relações do tema Lazer com o contexto histórico e social dos alunos.

O Currículo do Estado de São Paulo está estruturado na Pedagogia das competências, já estudado por outros autores e citado neste texto. A partir desses estudos é possível afirmar que tais propostas almejam preparar os alunos para a empregabilidade, conceito construído a partir de diversas demandas do mercado de trabalho. Esse discurso, ao defender nas escolas o desenvolvimento das “habilidades e competências”, estabelece relação direta entre a escola, o currículo e o atendimento desta demanda do mercado de trabalho. Fica a questão se cabe à escola pautar pelas ditas *leis do mercado*, ou se ela deve estruturar seu currículo de maneira mais ampla, inclusive indo além daquelas “habilidades” sugeridas no documento da SEE/SP.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais números 1/92 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de revisão números 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 454 p.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão**: crise do capital e metamorfose conceitual no Campo educacional. In: GENTILLI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 77-106.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. **Educação profissional e desenvolvimento**. Coletânea organizada pelo Centro Internacional de educação Técnica e Profissional, com o patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005.

LOPES, Franz Carlos Oliveira. **A disciplina de Educação Física no contexto da reforma curricular da SEE – SP**. 137 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Nove de Julho, 2012.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 12ª edição, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 3ª edição, 2000.

SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo**: Linguagens, códigos e suas tecnologias. 2ª edição, São Paulo: Secretaria da Educação, 2011. 260 p.

SILVA, Matheus Bernardo; KLEIN, Lígia Regina; SILVA, Joice Frasson. Por uma intervenção “histórico – crítica” para a Educação Física escolar: uma crítica a concepção fenomenológica do Se – Movimentar. In: **Anais da XI Jornada do HISTEBR**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/5/artigo_simposio_5_800_matheusbernardo25@gmail.com.pdf. Acesso em: 27 de Setembro de 2014.